

Militares buscam o Poder nas urnas

26-Set-2018

A cada dia que passa fica mais claro que estamos num novo momento de corte na história política brasileira. Verifica-se, de um lado, a classe política com séria rejeição decorrente dos maus hábitos que permeiam a vida político-administrativa do país. E de outro, parcelas da população pedindo a intervenção militar e, diante dos últimos e trágicos acontecimentos, a possibilidade concreta do capitão Jair Bolsonaro - sem partido, sem dinheiro do fundo partidário e sem horário de rádio e TV - ir ao segundo turno ou até vencer a eleição presidencial já no primeiro. Some-se a isso o aumento do número de militares que concorrem às eleições. Além do cabo Daciolo, candidato à presidência, e do general Mourão à vice-presidência, temos hoje 533 candidatos que se apresentam com suas patentes militares, um número 12 vezes maior que nas eleições de 1994, quando os militares eram apenas 43, e 39% superior aos registrados em 2014.

Desde a República, em 1889, os militares tiveram forte militância na política. O país viveu crises diversas onde a última palavra veio do quartel, normalmente provocado pela sociedade. Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente, foi um militar e, obrigado a renunciar, teve como sucessor Floriano Peixoto, outro militar. Hermes da Fonseca, também militar, elegeu-se por uma concentração de partidos contrários às oligarquias do poder. Nos anos 20, vivemos o movimento tenentista, que desaguou na Revolução de 30, capitaneada por Getúlio Vargas, também de origens militares. Depois dos 15 anos de Getúlio à frente do governo, assumiu o general Eurico Gaspar Dutra, eleito pelo voto popular. Em 1955, após a eleição de Juscelino Kubistchek, coube ao marechal Teixeira Lott garantir-lhe a posse, abortando um golpe. O próprio Lott seria candidato à sucessão de Juscelino, perdendo a eleição para Janio Quadros, que renunciou em 1961, sendo sucedido por João Goulart, que deixou o governo na ruptura de 1964.

Os militares assumiram em 64 atendendo ao apelo da sociedade civil que, entre outras coisas, realizou a "Marcha da família com Deus pela liberdade", pedindo a intervenção. O Brasil vivia grande efervescência ideológica e logo surgiu a luta armada, combatida pelas forças oficiais. Como em toda guerra, ocorreram excessos de ambos os lados. Mas, após a redemocratização, os adversários dos militares construíram a narrativa onde se apresentam como vítimas e os governantes de então como carrascos. Muitos, a título de terem sido perseguidos, receberam polpudas indenizações e têm pensões pagas pelo cofre público, o que escandaliza a sociedade. Tanto que o próprio povo demonstra descrença e temos hoje o ambiente favorável à participação do militar na política sem a necessidade de quebra institucional. Pelo caminho democrático do voto...

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves - dirigente da ASPOMIL
(Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo) -aspomilpm@terra.com.br